

Nuvens no horizonte

Sérgio Sérvulo da Cunha

No desempenho dos governos, há um fator nem sempre registrado pelo historiador: o nível de prestígio e protagonismo a que os atores se julgam com direito; hoje em dia – quando os psiquiatras parecem mais aptos a explicar os fatos políticos do que os cientistas sociais – pode ser necessário prestar-lhe atenção.

Serve-nos, como exercício, relembrar o breve governo de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961). Jânio, um professor estrábico, caiu de paraquedas na política paulista, e foi eleito prefeito da capital em março de 1953 (portanto, há exatamente sessenta e seis anos), por dois partidos pequenos (PDC-PSB), contra uma poderosa coligação situacionista. Venceu com base num discurso anti-corrupção. Mas, acima de tudo, apresentando-se como outsider: alguém que vinha de fora, sem compromissos com o passado, para destruir e eliminar o corrompido sistema político, de que era símbolo Adhemar de Barros.

Numa época em que ainda não existia essa palavra, Jânio foi o primeiro a utilizar factoides. Fez uma carreira política meteórica, elegendo-se prefeito de São Paulo, governador do Estado, deputado federal, e, em outubro de 1960, presidente da República. Nenhum dos políticos e partidos que o apoiaram, nenhum dos eleitores que o elegeram, seria capaz de dizer em que consistia o seu programa.

Elegera-se prefeito com base em duas pequenas legendas incluídas entre as de oposição, reformistas, progressistas. Contudo, sua candidatura a presidente foi liderada pela conservadora UDN. Com seis milhões de votos, esmagou o marechal Lott, candidato da esquerda. Na presidência adotou uma política externa independente, que incomodava seus apoiadores internos e cutucava os Estados Unidos. Como Getúlio, Jânio era um dissimulador.

Sua surpreendente renúncia, em agosto de 1961, foi uma jogada de pocker que não deu certo. Ele acreditava – tudo indica – que sua consagrada votação o habilitava a governar o país sem as incômodas limitações do Congresso, das quais desejava se livrar. Divulgou uma carta de renúncia

grandiloquente, à qual, inspirando-se na carta-testamento de Getúlio, quis dar a mesma altitude histórica, a mesma dimensão épica. Falando em “forças terríveis”, insinuava estar, na política externa, a causa de sua defenestração. Foi vago. Mas disse o suficiente para inflamar os brios nacionalistas. Na verdade, o que pretendia era retornar nos braços do povo, com plenos poderes. Sua estratégia falhou num ponto, pois não fornecera ao público – principalmente aos seus ministros militares – elementos suficientes de discernimento. Se soubessem que a renúncia não era para valer, muitos teriam corrido a apoiá-lo.

Esse episódio terminou assim: os militares vetavam a posse do vice-presidente João Goulart, eleito pela chapa de esquerda. Fez-se então um acordo por cima, conducente à mudança do regime, do presidencialismo para o parlamentarismo (no qual o presidente é apenas chefe do Estado, com funções predominantemente honoríficas, mas não chefe do governo). A fórmula admite variações que, conforme as circunstâncias, poderiam satisfazer aos atores imediatos; entre elas, apenas na prática, sem reforma constitucional e sem diminuição aparente de suas prerrogativas, a mera redução do chefe (de Direito) do governo – a chefe (de fato) do Estado.

Jânio sofria de megalomania, agravada pelo fulminante êxito. Não era um autoritário medíocre, acostumado à secundariedade. Mas também não tinha, buzinando em seus ouvidos, o resfolegar dos aloprados.